

# Jornalismo Ambiental: reflexões sobre conhecimento, direitos humanos e complexidade

---

- Periodismo ambiental: reflexiones sobre el saber, los derechos humanos y la complejidad
- Environmental Journalism: reflexions about knowledge, human rights and complexity

Camila Collato<sup>1</sup>

Jorge Kanehide Ijuim<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo traz, por meio de uma revisão bibliográfica, uma articulação entre Jornalismo, Direitos Humanos e Complexidade, tomando como base o Jornalismo Ambiental. Colocando em diálogo pesquisadores como Milton Santos, Edgar Morin, Adelmo Genro Filho, entre outros, buscamos demonstrar o potencial criativo e transgressor do Jornalismo Ambiental como forma social de conhecimento a ser constituída sob um paradigma científico complexo em construção e como prática (auto)crítica orientada à ação transformadora e conectada à efetivação e promoção dos Direitos Hu-

---

1 Graduada em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina e mestre no Programa de Pós-graduação em Jornalismo da UFSC. camila.collato@gmail.com

2 Professor Associado e aposentado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atua como voluntário nos cursos de graduação e pós-graduação em Jornalismo da UFSC. Doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP). - ijuimjor@gmail.com

manos. Para tanto, a identificação da existência de modos do fazer jornalístico ainda associados ao paradigma científico cartesiano e positivista nos propõe a reflexão sobre possíveis funções do Jornalismo Ambiental, enquanto vanguarda conceitual e epistemológica no campo.

**Palavras-chave:** Jornalismo Ambiental. Conhecimento. Direitos Humanos. Complexidade.

**Resumen:** Este artículo trae, a través de una revisión bibliográfica, una articulación entre Periodismo, Derechos Humanos y Complejidad, a partir del Periodismo Ambiental. Poniendo en diálogo a investigadores como Milton Santos, Edgar Morin, Adelmo Genro Filho, entre otros, buscamos demostrar el potencial creativo y transgresor del Periodismo Ambiental como forma social de conocimiento a constituirse bajo un paradigma científico complejo en construcción y como practica la (auto)crítica orientada a la acción transformadora y conectada a la realización y promoción de los Derechos Humanos. Por lo tanto, la identificación de la existencia de formas de hacer periodismo aún asociadas al paradigma científico cartesiano y positivista nos propone la reflexión sobre las posibles funciones del Periodismo Ambiental como vanguardia conceptual y epistemológica en el campo.

**Palabras clave:** Periodismo Ambiental. Derechos Humanos. Conocimiento. Complejidad.

**Abstract:** This article brings, by a bibliographic review, an articulation between Journalism, Human Rights and Complexity, based on Environmental Journalism. Through researchers such as Milton Santos, Edgar Morin, Adelmo Genro Filho, among others into dialogue, we seek to demonstrate the creative and transgressive potential of Environmental Journalism as a social form of knowledge to be constituted under a complex scientific paradigm in construction and as a (self)critical practice oriented to transformative action and connected to the realization and promotion of Human Rights. Therefore, the identification of journalistic practices still associated with the Cartesian and positivist scientific paradigm proposes a reflection on possible functions of Environmental Journalism as a conceptual and epistemological vanguard in the field.

**Keywords:** Environmental journalism; Knowledge; Human rights; Complexity

## 1. Espaço e ciência moderna

Desde os feitos dignos de registro histórico até os afazeres cotidianos ordinários, todos se desenvolvem no espaço. Constatação simples, mas que – apenas com a teoria de formação socioespacial do geógrafo brasileiro Milton Santos – visualizamos, com clareza, o cerne social desta categoria, sendo o espaço em questão “[...] formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá” (SANTOS, 2006, p. 39). De acordo com o pesquisador, ao longo da história, os objetos naturais presentes na Natureza<sup>3</sup> foram sendo substituídos por objetos manufaturados, técnicos, mecanizados e, então, cibernéticos o que levou a “natureza artificial” a funcionar como uma máquina (SANTOS, 2006, p. 39).

Ao partir da discussão das teorias de formação econômica e social, abraçando o espaço como variável indissociável dos primeiros (modo de produção – entendido enquanto gênero; formação social – como espécie; e espaço), Santos sinaliza uma quebra no dualismo homem versus Natureza, abarcando uma natureza transformada pela produção humana, a “segunda natureza” discutida por Marx. A estrutura técnico-produtiva de uma formação social se expressa, para Santos, geograficamente pela distribuição das atividades de produção. Cada sociedade organiza o espaço de modo distinto: “os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço” (SANTOS, 1979, p.14). Formas e estruturas espaciais tanto são condicionadas pelas formações sociais, quanto condicionantes das mesmas. Assim,

O espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. Assim o espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em função do modo de produção e de seus movimentos sucessivos. Mas o espaço influencia também a evolução de outras estruturas e, por isso, torna-se um componente fundamental da totalidade social e de seus movimentos (SANTOS, 1979, p. 18, grifos nossos).

Sendo a transformação espacial uma constante na história humana, adaptamos nosso ambiente de acordo com as nossas necessidades, sejam elas desde a domesticação de plantas ou animais para garantia de subsistên-

---

3 A exemplo de GUDYNAS (2019, p.13), utilizei o termo Natureza, grafado em letra maiúscula, para me referir “a um meio ambiente, como conjunto ao sistema, em que prevalecem paisagens, fauna e flora originais (desde silvestre até graus intermediários de intervenção humana)”, diferenciando assim da natureza como a essência ou propriedade de algo.

cia, até a conformação de largas redes de trocas num mercado global. O pensamento moderno ocidental talvez seja o que melhor cristalizou a dicotomia e a separação entre humanos e Natureza, no qual os primeiros utilizam suas habilidades cognitivas para domínio e subordinação da segunda, tendo em visto seu caráter passivo e observável por meio de leis estáveis, estando à disposição do homem para controle (SANTOS, 1988, p. 49). Ao nos descolarmos gradualmente da consciência sobre o espaço e nos distanciarmos cada vez mais da Natureza, acabamos por relegá-la a uma abstração cênica ou como contraposição à ideia de progresso, sem vê-la como peça integrante e integradora das interações sociais. “Através da presença desses objetos técnicos: hidroelétricas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscimos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico” (SANTOS, 2006, p. 39, grifos nossos).

O desenvolvimento científico moderno se deu dentro desse espírito de dominação da Natureza, a partir do séc. XVII, consolidando seu alcance às ciências sociais no Séc. XIX (SANTOS, B., 1988). Apesar do esforço discursivo da ciência moderna em advogar que seus métodos e resultados eram oriundos de técnicas e procedimentos estritamente racionais e objetivos, com destaque ao cartesianismo e o positivismo, hoje sabemos que tal fechamento é impossível pelo simples fato de que o sujeito implicado no processo científico, o cientista, é produto de seu contexto social e histórico (MORIN, 2014. p. 137). Portanto, sua produção refletirá costumes, valores, (pre)conceitos e se desenvolverá dentro dos padrões éticos e moralmente aceitáveis de seu tempo.

Com a modificação espacial e ambiental vertiginosa ocasionada pela Revolução Industrial, o urbano passa a ser visto como símbolo de civilidade e um horizonte a ser seguido por todas as nações que queiram reivindicar seu lugar na chamada contemporaneidade. Como consequência, o rural também acompanha o fluxo com o avanço da mecanização, da monocultura e do uso de fertilizantes em larga escala (SANTOS, M., 2006, p. 160). Ao contrário da “neutralidade”, a ciência moderna serviu muito bem aos anseios da expansão capitalista, reforçando a sensação de que era possível, enfim, o completo triunfo da técnica sobre o meio ambiente, ele próprio reduzido gradativamente a recurso ou capital natural (GUDYNAS, 2019, p. 25). Dessa forma, o conhecimento científico consolidado pela expansão do capitalismo e oriundo dos países do Norte global, inevitavelmente carregou consigo uma ideologia sobre como o espaço deveria ser distribuído e utilizado:

Essa união entre técnica e ciência vai dar-se sob a égide do mercado. É o mercado, graças exatamente à ciência e a técnica, torna-se um mercado global. A ideia de ciência, a ideia de tecnologia e a ideia de mercado global devem ser encaradas conjuntamente e desse modo podem oferecer uma nova interpretação à questão ecológica, já que

as mudanças que ocorrem na natureza também se subordinam a essa lógica (SANTOS, M. 2006, p. 159).

## 2. Jornalismo, espaço e conhecimento

A informação se torna um bem intangível vital na sociedade industrial moderna. Na lógica de utilização e distribuição espacial para a produção capitalista, há a necessidade de facilitar e agilizar sua circulação para regular atividades políticas e econômicas, bem como difundir os padrões culturais dominantes da classe burguesa. De acordo com Jorge Pedro Sousa (2008, p. 90), a imprensa torna-se “[...] a primeira grande instância mediadora na configuração do espaço público moderno, um espaço público mais ‘imaterial’ e ‘simbólico’”. Enquanto forma típica da sociedade industrial e tal qual inspirado no espírito científico moderno, o jornalismo de informação adota uma postura positivista em relação à realidade, preocupando-se em esclarecer os leitores sobre o que se passa no real e, não, em modificá-lo (CHARRON; BONVILLE, 2016, p.198). Sob esse contexto, a estruturação das empresas jornalísticas capitalistas se desenrola em virtude de avanços técnicos que permitem sua nova configuração comercial dentro da sociedade, baseadas na lógica do consumo (SOUSA, 2008, cap. 6).

Como demonstra Edgar Morin (2005) ao mesmo tempo que uma empresa produz produtos e serviços exteriores a ela, ao mesmo tempo ela se autoproduz, inclusive produzindo condições para sua própria perpetuação e organização. Para além do caráter imaterial do espaço público simbólico, proporcionado pela ascensão da imprensa e evidenciado por Sousa (2008), Milton Santos (2006) indica que o incremento da circulação de informações (e de mercadorias) inscreve também transformações no espaço material, no qual estradas, ferrovias e linhas telegráficas, por exemplo, são construídas para propiciar essa mobilidade:

Podemos então falar de uma cientificização e de uma tecnicização da paisagem. Por outro lado, a informação não apenas está presente nas coisas, nos objetos técnicos, que formam o espaço, como ela é necessária à ação realizada sobre essas coisas. A informação é o vetor fundamental do processo social e os territórios são, desse modo, equipados para facilitar a sua circulação. Pode-se falar, como S. Gertel (1993), de inevitabilidade do “nexo informacional” (SANTOS, 2006, p.160, grifos nossos)

Santos define a história do espaço geográfico em três etapas: o meio natural, o meio técnico, o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, M., 2006, p.156-159). Na primeira, o homem retira de uma Natureza de caráter generalizado os meios para a subsistência do grupo, sendo a técnica e o tra-

balho empregados sem mediações e de maneira simbiótica com o ambiente. Os comportamentos são orientados para a preservação e continuidade dos meios de vida. A segunda etapa traz o espaço mecanizado, onde “os objetos técnicos, maquínicos, juntam à razão natural sua própria razão, uma lógica instrumental que desafia as lógicas naturais, criando, nos lugares atingidos, mistos ou híbridos conflitivos” (SANTOS, 2006, p.158). Nessa fase o autor explicita o acréscimo da degradação ambiental no séc. XIX, em especial nas grandes cidades inglesas e continentais. Já a última etapa, o meio técnico-científico-informacional, estende-se do pós II Guerra Mundial até a década de 1970 (coincidentemente ou não, na mesma fase teremos a consolidação do Jornalismo Ambiental), sendo a “cara geográfica da globalização” (SANTOS, 2006, p.160).

A partir desta relação entre o espaço imaterial e material, é concebível investigarmos as interações entre o Jornalismo, atividade impulsionada na modernidade pelo incremento da circulação de informações, e a percepção e legitimação social desse(s) espaço(s) em transformação, por meio das normas discursivas próprias da atividade (CHARRON; BONVILLE, 2016, p. 210-222) e enquanto forma social de conhecimento (GENRO FILHO, 1987). Enquanto ferramenta de construção da realidade, o papel do Jornalismo para a cognição social pode ser vislumbrado por meio de Berger e Luckmann (2004). Segundo os autores, “a realidade da vida cotidiana contém esquemas tipificadores em termos dos quais os outros são apreendidos” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 49). Assim, realizamos um jogo de negociação permanente, pois tipificamos o outro ao mesmo tempo em que atuamos com este também em situações típicas. Quanto mais nossas interações se distanciam do contato face a face, mais esse continuum de tipificações vai se tornando anônimo, de modo que a própria estrutura social se torna “a soma dessas tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecidos por meio delas” (BERGER; LUCKMANN, 2004, p. 52). Ou seja, vamos-nos constituindo enquanto sociedade por meio do compartilhamento de significados através da interação comunicativa, produzindo e reproduzindo simbolicamente, ainda que à distância, relações objetivas e objetificantes por meio dessas projeções que fazemos do(s) outro(s).

Robert Park (1940) ao situar a notícia entre um “conhecimento de” (vinculado ao senso comum) e o “conhecimento sobre” (relacionado ao conhecimento científico) a insere num nível intermediário, exercendo para o público “as mesmas funções que a percepção cumpre para o indivíduo: não apenas o informa, mas sobretudo o orienta, dando ciência a cada um e a todos daquilo que se passa” (TRINTA; NEVES, 2004, p. 4). Adelmo Genro Filho (1987) ao retomar as categorias lógicas de singular, particular e universal da filosofia hegeliana se descola das teorias críticas marxistas que relegam ao Jornalismo

a função de mero instrumento de reforço do pensamento hegemônico das classes dominantes, crítica que direciona à análise de Park sobre a função da notícia. O autor assinala que “as necessidades sociais objetivas e universais de informação só podem ser supridas conforme uma visão de classe” (GENRO FILHO, 1987, p.153), mas realiza os devidos tensionamentos reconhecendo a necessidade de um jornalismo informativo moderno, entretanto sem o limitar a uma ferramenta de propaganda. Para haver a quebra da hegemonia de classe, Adelmo propõe então a articulação do Jornalismo com o conceito de práxis – pois a práxis enquanto intervenção no mundo acaba por tornar-se, ela mesma, produto de um processo de reflexão sobre a própria atividade diante da complexidade apresentada socialmente. Afinal, o fato (singular) emerge em virtude das relações estabelecidas entre as diversas esferas de produção, mediação e disputa (particular) dentro de um contexto histórico (universalidade), sendo os dois últimos a condição essencial para existência do primeiro. Logo, o primeiro trará em si a síntese dialética gerada pelos/nos dois últimos.

Portanto, é míope a visão positivista do jornalismo de informação acerca da relação do Jornalismo com a realidade e cujos resquícios são visíveis ainda no Séc. XXI, pois esta concebe a notícia enquanto produto de um fato segregado, que não se articula com demais aspectos da vida social: um objeto sem sujeito(s). Como se fosse possível pinçar um fragmento de realidade e isolá-lo de toda e qualquer variável, desconsiderando sua própria faceta hologramática intrínseca (MORIN, p. 2005, 74-75). Na mesma esteira, Milton Santos afirma que “a atualidade é unidade do universal e do particular: este aparece como se fosse separado, existindo por si, mas é sustentado e contido no todo. O particular se origina no universal e dele depende” (SANTOS, M., 2006, p.78). Desse modo, o acesso à realidade por meio da singularidade dos fenômenos é a forma de conhecimento propiciada pelo Jornalismo por excelência – e esse acesso singularizado se moldará de acordo com as contingências de cada tempo. Sendo assim, a singularidade não é conformativa do conteúdo do jornalismo, mas apenas de sua forma (PONTES, 2015, p.178).

A impregnação do conhecimento social produzido pelo Jornalismo pelo espírito da ciência moderna causou como efeito sua racionalização (MORIN, 2014, p.157) e, por consequência, das construções engendradas por ela – em especial, no que concerne à compreensão do espaço e da Natureza, interpretados na maioria das vezes como meios ou entraves para consecução de fins produtivos ou como cenários bucólicos ou selvagens apartados das cidades. É preciso aterrarmos o Jornalismo novamente e situá-lo no espaço e no ambiente, trazendo-o como elemento indispensável para a compreensão e transformação social, econômica, cultural e histórica do real. Da mesma forma revolucionária que Milton Santos fez essa constatação na Geografia,

não parece absurdo considerar que, em algum momento, o Jornalismo deverá de incorporar o elemento ambiental como imperativo nas suas múltiplas especialidades de apresentação no/do mundo, de modo a gerar um conhecimento que privilegie uma razão aberta capaz de nos conduzir, por fim, a uma nova racionalidade de caráter complexo (MORIN, 2014, p.166-169) para o Jornalismo.

### **3. Direitos humanos, jornalismo e meio ambiente: uma relação ainda incipiente**

Em 28 de julho de 2022, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou Resolução 76/300 (A/76/L.75) que reconhece o “direito humano a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável”. O documento de abrangência global chega a um momento crítico no qual os efeitos das mudanças climáticas já se fazem presentes em todo o mundo, com fenômenos extremos cada vez mais recorrentes, em especial nas zonas tropicais. Regiões de todos os continentes registram eventos extremos como chuvas torrenciais, longos períodos de seca, tornados, ondas de calor e de frio que quebram recordes seculares (DIAS, 2014). Cenários contemporâneos estimam deslocamentos humanos na casa dos milhões de pessoas em decorrência de fatores climáticos até 2050 (MYERS, 1993) e são noticiados de forma alarmante como um dos grandes desafios do século (VINCE, 2022). Porém, se tais análises aspiram como objetivo alertar para os impactos de um planeta potencialmente mais inóspito à vida nas próximas décadas, as mesmas são alvo de críticas por ignorarem o papel político e econômico, particularmente dos estados do Norte global e das indústrias de base extrativista, no rápido processo de esgotamento de recursos naturais, em especial, nas nações do Sul global, e que levam à mobilidade forçada dessas populações. Fato é que, para além das perdas de biodiversidade, grupos humanos inteiros já sofrem as más consequências – porém de maneira flagrantemente desigual pelo planeta (GIVENS, HUANG, 2021).

Nessa esteira, surge uma tentativa controversa de enquadrar populações impactadas por contextos de escassez de água, pelo esgotamento das terras produtivas, pela poluição exacerbada ou pela elevação do nível dos oceanos sob o conceito de “refugiados climáticos” ou de “refugiados ambientais”. Entretanto, tal denominação, considerada controversa pelo próprio Alto-comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), tem sido utilizada, muitas vezes, para reforçar discursos de proteção de fronteiras, tra-

tando a afluência de migrantes e imigrantes como um tema contemporâneo de segurança nacional (HARTMANN, 2010; BRAND; WISSEN, 2021, p. 41-50), pouco contribuindo para o enfrentamento solidário, cooperativo e para a mitigação dos efeitos das mudanças climáticas (especialmente nos países em desenvolvimento). Além disso, ao alocar a questão climática entre os recortes dos debates internacionais de segurança nacional, ignora-se o debate real, que é o da responsabilidade sobre a promoção e o financiamento de políticas de reparação ecológica em decorrência dos séculos de exploração colonial que levaram a uma dupla fratura – colonial e ambiental – da modernidade (FERDINAND, 2022, p. 23-37). Também a falta de clareza sobre critérios que levariam um grupo a ser considerado “refugiado climático”, o fato de muitos deslocamentos por razões ambientais se darem de maneira interna (ou seja, dentro das próprias fronteiras) e a relação inerente entre fatores ambientais e socioeconômicos nessa equação, faria com que o status de refugiado pouco contribuísse para proteção legal efetiva dos direitos das pessoas em situação de mobilidade forçada (HARTMANN, 2010, p. 238-239). Brand e Wissen (2021, p. 43), com base em Frey (2016), destacam da mesma maneira que a guerra na Síria (2011), por exemplo, foi precedida por uma grande seca que teria contribuído para a convulsão social. Sendo assim, “[...] a perspectiva muito provável de ‘refugiados climáticos’ não deve ocultar a hospitalidade necessária aos migrantes de ontem e de hoje que fogem há muito tempo das violências sociais, das guerras armadas nos países do Norte e das situações coloniais” (FERDINAND, 2022, p. 269). Outros muitos exemplos trazidos por Hartmann (2010) – em sua análise das complexas relações sociais, econômicas e culturais que permeiam a questão do estresse ambiental no continente africano – demonstram que o reconhecimento internacional do direito humano a um meio ambiente saudável chega em boa hora, para não dizer tardia hora, pois esse conjunto de problemas deve ser examinado sob o prisma desse mesmo escopo de direitos.

Ao posicionarmos a questão ambiental (e das migrações climáticas ora expostas) como indissociável aos direitos humanos, nos vemos na posição de – sem nos determos no debate, entretanto sem ignorarmos sua existência – compartilharmos da visão crítica de Boaventura de Sousa Santos e Marilena Chaui (2013) sobre a suposta “universalidade” dos próprios Direitos Humanos, como consolidados sob o documento da Declaração Universal da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948. Fruto de seu tempo, hoje é possível evidenciarmos, quando da concepção do documento, o silenciamento de repertórios e experiências alternativas de direitos humanos, como aquelas compartilhadas pelos povos e grupos socialmente marginalizados (indígenas, mulheres, negros, latinos, dentre outros) que partilham de valores

diversos daqueles pautados pelo racionalismo cartesiano positivista do Ocidente. Nessas outras “gramáticas de dignidade” acolhem-se inclusive outros seres não-humanos, como a própria Natureza, em um sentido de integração (SANTOS, CHAUI, 2013, p. 77-78).

Mas nem mesmo os países considerados “desenvolvidos” e que partilharam historicamente dos valores ditos “universais” se veem livres dessas fraturas modernas. Pelo contrário: as reproduzem internamente perpetuando-as por meio de linhas abissais muito bem demarcadas. Essas linhas invisíveis, denominadas por Boaventura de Sousa Santos (2007), delimitam e marcam as diferenças entre o nós e os outros, entre aqueles cujos direitos fundamentais seguem resguardados e aqueles que sequer são vistos enquanto sujeitos de direitos. Um desses exemplos se dá na reportagem “Por que uma rua de East Harlem é 31 graus mais quente do que Central Park West (Why an East Harlem Street Is 31 Degrees Hotter Than Central Park West)”<sup>4</sup>, do jornalista John Leland, publicada no *The New York Times*, em 2021. Leland traz de maneira muito simples a compreensão sobre como a desigualdade climática é vivenciada diariamente em uma das cidades mais emblemáticas dos EUA. Na matéria, o repórter afirma: “Se você quiser mapear a desigualdade em Nova Iorque, basta contar as árvores”. Com base em um experimento cidadão conduzido pela organização *Climate Adaptation Planning + Analytics (CAPA)* foi possível mapear as ilhas de calor pela metrópole e chegou-se à conclusão de que os bairros mais atingidos pelas ondas de calor, devido à falta de investimento urbano na criação de zonas verdes, são aqueles que abrigam populações racializadas – em sua maioria, pretas e latinas. A falta de equipamentos ar-condicionado nos edifícios piora ainda mais a situação dos moradores, completamente desprovidos de qualquer tipo de conforto térmico para enfrentar as temperaturas extremas, impactando negativamente no número de pessoas com problemas de saúde e nas mortes decorrentes do calor. Pois, vejam: a fronteira não está lá – na África, na América Latina ou nos países asiáticos. É vivida no aqui, no berço do desenvolvimento capitalista, pois o outro também se produz aqui.

Diante desse exemplo, pertinente salientar que o texto da Resolução 76/300 da ONU reconhece, ademais, que

[...] o exercício dos direitos humanos, incluindo os direitos de buscar, receber e difundir informações, de participar efetivamente na condução do governo e dos assuntos públicos e a um recurso efetivo, é vital para a proteção de um ambiente limpo, saudável e sustentável<sup>5</sup>.

---

4 Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/08/20/nyregion/climate-inequality-nyc.html>

5 No original: “Recognizing that the exercise of human rights, including the rights to seek, receive and impart

Ou seja, a efetivação do direito humano a um meio ambiente saudável perpassa inevitavelmente os meios de comunicação e o acesso/uso das populações mais vulneráveis aos/dos mesmos. Se colocarmos em tela a discussão sobre racismo e justiça ambiental, capitaneada por Benjamin Chaves na década de 1980 nos Estados Unidos, e evidenciada no Brasil nas pesquisas de autores como Henri Acselrad (UFRJ), podemos notar que tais abordagens ainda pouco reverberam na imprensa hegemônica brasileira (eixo RJ-SP). Não é incomum observar notícias e reportagens que varrem para o campo do “desastre” crimes ambientais decorrentes da atividade econômica (lembremos de Brumadinho e Mariana, em Minas Gerais) ou da histórica ausência de investimentos em segurança, regularização e infraestrutura nos bairros e comunidades de baixa renda das principais metrópoles do país (PIERRO, 2022). Tais “desastres” vinculam-se a opções políticas e econômicas que contribuem substancialmente para a ocorrência periódica de eventos como deslizamentos e alagamentos, quando há elevação no nível de chuvas; de propagação de doenças decorrentes da falta de saneamento básico, coleta de lixo ou do tratamento da água nas periferias; ou de disputas entre comunidades tradicionais e o poder público sobre formas de ocupação em áreas de alto interesse econômico/turístico.

Por sua vez, as escolhas editoriais brasileiras seguem permeadas por uma razão que produz um conhecimento fundado no privilégio da escuta de fontes oficiais e especializadas em detrimento das pessoas diretamente afetadas pelas questões ambientais em pauta (BUENO, 2009; 2017; MAZZARINO, 2015), ignorando convenientemente a intersecção entre a efetivação dos direitos humanos e meio ambiente. Esses posicionamentos reforçam discursos de uma de Natureza apartada do humano e ignoram a pressão exercida pelos variados objetos técnicos (SANTOS, M. 2006), sobre os distintos modos de vida e formas plurais de produção de subjetividades.

#### **4. Jornalismo Ambiental: práxis num espaço complexo**

Para Girardi et al. (2012, p.147) “em jornalismo ambiental tudo é informação, incluindo o próprio ambiente, o espaço e as diferentes manifestações que abriga”. Ou seja, demanda uma práxis que vá além da cobertura de assuntos centrados em meio ambiente, incorporando aspectos como a visão sistê-

---

information, to participate effectively in the conduct of government and public affairs and to an effective remedy, is vital to the protection of a clean, healthy and sustainable environment”.

mica e a pluralidade de vozes com vistas à superação da cobertura factual ou programada (GIRARDI et al, 2012, p. 137). Para isso, há a premência no campo de uma reflexão sobre o que seria um jornalismo que fala de meio ambiente e um jornalismo ambiental. Uma Natureza que é vista como Natureza com nenhuma ou mínima intervenção humana; ou uma Natureza que incorpore o elemento humano e suas produções. Essas provocações epistemológicas rondam o debate conceitual sobre uma definição de Jornalismo Ambiental.

Desenvolvido como especialidade a partir de 1970 em razão de marcos globais como a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano (Suécia, 1972), ainda muito ligado ao Jornalismo Científico, o Jornalismo Ambiental surge em um momento sócio-histórico de elevada incerteza: pós II Guerra Mundial, fase em que movimentos pelo direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, que possibilitasse a perpetuação da espécie humana, denotam uma preocupação intergeracional com a manutenção da vida no planeta (BELMONTE, 2017).

No Brasil, entre as décadas de 1940 e 1980, o crescimento das cidades fruto da expansão da economia capitalista industrial retardatária e periférica, indicaria o rompimento com o ciclo histórico da sociedade brasileira com o ambiente rural (BRITTO, 2012; SANTOS, 1992). Novos dilemas então se colocam: a poluição, a concentração populacional em área de risco ou insalubres, a degradação de paisagens tradicionais e a convivência entre distintas manifestações culturais em espaços de expressão circunscritos pelo urbano. O Jornalismo Ambiental brasileiro se desenvolve então a partir da década de 1980, consolidando-se no início dos anos 1990, também a partir de um impulso de ordem internacional. A realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92); e o Encontro Internacional de Imprensa, Meio Ambiente e Desenvolvimento (Green Press) foram momentos nos quais se definiram princípios éticos – note-se, não apenas técnicos – para a cobertura dos temas ambientais na imprensa (BELMONTE, 2017; GREEN PRESS, 1992).

Quase cinquenta anos depois da Conferência de Estocolmo, estamos novamente exigindo dos governos medidas efetivas para mitigar as mudanças climáticas em curso. Porém, o que mais chama a atenção diante da emergência climática global não é apenas uma aparente epifania coletiva de que seguimos fundando nossa vida em sociedade sobre um paradigma científico antropocêntrico insuficiente, mas quando observamos seus desdobramentos localmente. O Brasil, que possui a maior biodiversidade do planeta em seu território (ICMBio, 2017), ainda possui uma imprensa comercial que vê as pautas ambientais como secundárias, tangenciais ou apenas merecedoras de destaque quando repercutidas internacionalmente – geralmente em razão

de alguma catástrofe ou ineficiência da gestão privada ou pública. As pistas para esse comportamento refratário dos veículos de comunicação nacionais chegam, curiosamente, por meio da compreensão do conceito do que seria a modernidade entre os proprietários da mídia, aquela modernidade que opõe e dissocia humano e Natureza:

A concepção do que é jornalismo e natureza ou meio ambiente também influencia a prática profissional. Para Ricardo Arnt (1994), a principal dificuldade para começar a tratar dos temas ambientais na imprensa brasileira foi a presença entre os proprietários e editores dos principais veículos jornalísticos de uma ideologia pró-modernização de qualquer maneira. Por isso, segundo o autor, era preciso passar a abordar o meio ambiente de uma perspectiva menos exótica (biocêntrica) e mais econômica (antropocêntrica). 'Para o ambientalismo crescer na política brasileira, vai ter que se apossar dessa coisa de recursos naturais e agendá-las numa perspectiva modernizante' (GIRARDI et al, 2020, p. 283 - grifos nossos).

Ao percebermos criticamente movimentos de transformação dos espaços de prática e legitimação até então usualmente associados ao Jornalismo tradicional, é possível verificar como espaços e formas alternativas em eclosão potencialmente contribuem para um novo desenrolar de nossa atividade e, em especial, do Jornalismo Ambiental (BITTENCOURT, 2013). Sejam as modificações de espaços estruturais ou de formas, fato é que essas experiências nos levam, enquanto profissionais, a refletir sobre como isso impacta o conhecimento e a realidade que estamos ajudando a construir coletivamente (COLODETI, 2016; PEIXOTO, 2019).

Pela práxis conectada à complexidade incorporamos a incerteza, já tão conhecida do campo ambiental. Urge debatermos e aprofundarmos conceitos como risco e precaução no jornalismo (BECK, 2011; GIRARDI *et al.*, 2020; CEZAR; ABRANTES, 2007), a fim de não reproduzirmos falsas certezas, uma vez que, ao analisarmos intervenções em sistemas naturais, existem consequências sociais e políticas concretas, não sendo meras abstrações a serem calculadas numa matemática de pesos e contrapesos. Com isso, o engajamento social e político, tão repreensível na prática jornalística informativa "objetiva", se torna um componente ético para o jornalista ambiental. Sujeito e objeto não se separam, pois tal separação é ilusória na teia de relações biológicas e sociais, ou, como resume Santos (2006, p. 74) com base em Karpik (1972), "a totalidade do real compreende necessariamente Natureza e a comunidade humana".

Para Bueno (2007), o Jornalismo Ambiental possui três funções principais: informativa, pedagógica e política. Por essa visão, o Jornalismo Ambiental deve ser dotado de certas características como a articulação de saberes e "deixar claro, de imediato, que o saber ambiental não se confunde ou é privilégio de instâncias especializadas e que, na verdade, é resultado da articulação de

múltiplos saberes, com forte e benéfica influência dos saberes, experiências e conhecimentos tradicionais” (BUENO, 2007, p. 36). Opera-se assim uma quebra da hegemonia da ciência e das fontes baseadas unicamente nos *experts*. Não há problema algum em consultar um biólogo ou um antropólogo para determinada pauta, mas se o tema envolve comunidades tradicionais atingidas pela construção de uma usina hidrelétrica, por exemplo, as vozes da população precisam ser ouvidas também. Os impactos no convívio social, a perda de lugares históricos e culturais de significação, enfim, as perdas na memória afetiva coletiva daquela comunidade não podem ser retratadas pelo especialista que, muitas vezes, sequer pisou no espaço onde todas essas relações se delineiam/delinearam.

O jornalista ambiental (e é isso que precisa ser trabalhado nas escolas e nas redações junto aos profissionais de imprensa do futuro) tem um compromisso que se estende além da jornada de trabalho. Consciente e capacitado, ele será militante sempre. Qualquer outra alternativa conduz, inevitavelmente, à capitulação (BUENO, 2007, p. 36).

Para Girardi *et al.* (2012; 2020), o jornalista ambiental nada mais é do que um profissional que ousa pensar e encarar o mundo de forma diferente, incorporando os valores (integralmente ou parcialmente) do campo ambiental na construção das matérias. Nada é fragmentado ou compartimentalizado em caixas do saber: não há desenvolvimento econômico sem impactos no bem-estar humano, assim como não existem “desastres” ambientais que não contenham um componente social. Da mesma maneira, não há problema de saúde coletiva que não traga, intrinsecamente, algum tipo de fator ambiental. Seja pelo fato de nossas cidades serem construídas e planejadas de forma descolada de qualquer tipo de racionalidade ambiental (LEFF, 2006); pelo avanço humano sobre áreas que comportam doenças endêmicas (ZIMMER, 2019); ou então pela intervenção socioeconômica ou cultural em ambientes rurais.

Para dar sustentação a um modo de pensar a ciência e o fazer jornalístico por um paradigma complexo, a referência a Edgar Morin se torna inevitável. O pesquisador francês dedicou sua vida à reflexão da urgência de uma ciência que consiga religar os distintos saberes, outrora fracionados pelo pensamento cartesiano:

[...] o pensamento complexo tenta dar conta daquilo que os tipos de pensamento mutilante se desfazem, excluindo o que eu chamo de simplificadores e por isso ele luta, não contra a incompletude, mas contra a mutilação. Por exemplo, se tentamos pensar no fato de que somos seres ao mesmo tempo físicos, biológicos, sociais, culturais, psíquicos e espirituais, é evidente que a complexidade é aquilo que tenta conceber a articulação, a identidade e a diferença de todos esses aspectos, enquanto o pensamento simplificante separa esses diferentes aspectos, ou unifica-os por uma redução mutilante. Por-

tanto, nesse sentido, é evidente que a ambição da complexidade é prestar contas das articulações despedaçadas pelos cortes entre disciplinas, entre categorias cognitivas e entre tipos de conhecimento. De fato, a aspiração à complexidade tende para o conhecimento multidimensional (MORIN, 2005, p. 176-177 - grifos nossos).

O autor indica alguns caminhos que nos conduzem nesse desafio da complexidade: a irredutibilidade do acaso e da desordem; a da transgressão da abstração universalista, que elimina a singularidade, a localidade e a temporalidade; a da complicação; da relação entre ordem, desordem e organização; e da crise da clareza e da separação nas explicações. A partir desse percurso, o pensamento complexo nos convida ao exercício prático e teórico sob alguns princípios teóricos: 1) do sistêmico ou organizacional; 2) hologramático; do 3) ciclo retroativo; do 4) ciclo recorrente; da 5) auto-eco-organização; 6) dialógico; e o da 7) reintrodução do conhecido em todo o conhecimento.

No primeiro princípio, o pesquisador aponta que o todo não é a mera soma das partes – ele pode ser mais ou menos do que as partes, de acordo com as qualidades potencializadas ou inibidas nessa organização. Da mesma forma, quase como um antigo sopro hermético, o princípio hologramático nos lembra que o todo está nas partes, assim como as partes estão no todo. O ciclo retroativo, por sua vez, quebra com a chamada causalidade linear, pois a inter-relação entre causa e efeito se dá por múltiplas retroações; da mesma forma que o quarto princípio, o do ciclo recorrente, transpõe a regulação por meio da autoprodução e da auto-organização, sendo assim, também, um ciclo gerador. A auto-eco-organização une autonomia e dependência, pois os seres vivos são auto-organizadores que se autoproduzem retirando energia e informações do ambiente que os rodeia. Por sua vez, o princípio dialógico possibilita a aceitação racional de união entre concepções contraditórias para formulação de um mesmo fenômeno complexo; e o princípio da reintrodução do conhecido em todo o conhecimento traz que todo o conhecimento, seja ele científico ou não, é uma reconstrução/tradução feita por um espírito/inteligência em um contexto culturalmente e temporalmente determinado (MORIN, 2005).

Longe de ser um método pronto, o exercício do pensamento complexo nos convida a respeitar as diversas dimensões de um fenômeno. E, de forma alguma, isso ignora o que é simples: apenas não admite a simplificação e o reducionismo. A partir dessa ótica, Morin também não realiza uma rejeição à racionalidade, pelo contrário. Apenas a coloca novamente em seu devido lugar, ou seja, junto com os demais saberes, como uma das formas de se apreender o mundo e não como a forma. Aqui há um claro ponto de contato com o conceito da ecologia de saberes, proposta pelo pesquisador

Boaventura de Sousa Santos, o qual reconhece que todos os conhecimentos possuem limites internos e externos, sendo os primeiros delimitados pelas possibilidades de intervenção no real e os segundos, pelo reconhecimento de intervenções alternativas possibilitadas por outras formas de conhecimento.

Na ecologia de saberes, enquanto epistemologia pós-abissal, a busca de credibilidade para os conhecimentos não-científicos não implica o descrédito do conhecimento científico. Implica, simplesmente, a sua utilização contra-hegemônica. Trata-se, por um lado, de explorar a pluralidade interna da ciência, isto é, as práticas científicas alternativas que se têm tornado visíveis através das epistemologias feministas e pós-coloniais e, por outro lado, de promover a interação e a interdependência entre os saberes científicos e outros saberes, não-científicos (SANTOS, 2007, p.26 – grifos nossos).

## 5. Considerações finais

Com a proposta de revisitarmos e habitarmos novamente esse espaço e Natureza contemporâneos, que ao mesmo tempo nos moldam enquanto sujeitos e sociedades, podemos então encontrar uma via para fundamentar nossa ação para além da ideia de dominação técnica e partir para uma reinserção humana nesta equação, por meio de interações mais cooperativas e fundadas sob a perspectiva dos Direitos Humanos expressos em suas distintas gramáticas, como bem nos recorda Boaventura de Sousa Santos. Com Genro Filho, Morin e Santos conseguimos retomar a clareza da importância do método dialético, da práxis, da tese-antítese-síntese no Jornalismo, dentro de uma noção de que a síntese desejada não é a síntese reducionista, aquela que engloba tese/antítese apagando suas propriedades originárias. Mas a articulação entre singular-particular-universal, que possibilita ao leitor, espectador ou ouvinte um acesso pensante e ativo a essa realidade que auxiliará a construir.

O pensamento complexo anda de mãos dadas com o Jornalismo Ambiental por não tentar suprimir a incerteza e pela visível articulação com os sete princípios trazidos por Morin, mencionados anteriormente. O princípio da precaução, que já possui amplo debate dentro do Direito Ambiental – podendo ser definido como um regulador “da participação do conhecimento de senso comum e/ou técnico-científico em casos envolvendo potencial dano ao meio ambiente” (CEZAR; ABRANTES, 2007, p. 237) – pode ser incorporado como baliza para a atuação do jornalista, uma vez que, ao atuar hoje de determinada maneira sobre o meio ambiente, os resultados perceptíveis raramente serão imediatos ou seus desencadeamentos possíveis previsíveis em

totalidade. Nesse âmbito, a precaução também se coloca como importante componente moral e ético cujo horizonte mira a manutenção e preservação da vida, tanto humana quanto não humana.

Diante de conceitos tão amplos (conhecimento, direitos humanos, natureza, dentre outros), aproximar tal discussão epistemológica do Jornalismo Ambiental denota um compromisso profissional para com uma atuação mais consciente. A ciência moderna já demonstrou ser possível utilizarmos conhecimento e técnica como disfarces para ocultar ou dissimular cenários indesejados: não por acaso nos tornamos a chamada sociedade de riscos (BECK, 2011), na qual nosso próprio avanço científico se tornou produtor dos problemas que caberão à própria ciência analisar. E o jornalismo informativo tradicional segue em boa medida reproduzindo e fomentando essa necessidade da certeza, formulando simulacros de verdades estáveis por meio de ritos técnicos objetivos.

O Jornalismo Ambiental vem para contrapor essa lógica, demonstrando que há mais perguntas do que respostas em nossa breve existência planetária. Os caminhos para tal exercício do pensar e fazer não estão prontos, são vias abertas à disposição para pesquisadores determinados a contemplar espaços até então não formatados.

## Referências

ASSEMBLEIA GERAL DA ONU. *Resolução 76/300. AG Index A/76/L.75, de 26 de jul de 2022*. Disponível em: <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/LTD/N22/436/72/PDF/N2243672.pdf?OpenElement>. Acesso em: 20 ago. 2022.

BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2011.

BELMONTE, R. V. Uma breve história do jornalismo ambiental brasileiro. *Revista Brasileira de História da Mídia*, Natal, v. 6, n. 2, 2017. Disponível em: <https://comunicata.ufpi.br/index.php/rbhm/article/view/6656>. Acesso em: 25 abr. 2021.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 35-68.

BITTENCOURT, Maurício Pimentel Homem de. *Jornalismo alternativo para*

*a questão ambiental amazônica*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo – São Paulo, 2013. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-04122013-202449/publico/BITTENCOURT\\_2013.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/90/90131/tde-04122013-202449/publico/BITTENCOURT_2013.pdf). Acesso em: 29 ago. 2021.

BRAND, Ulrich; WISSEN, Markus. *Modo de vida imperial: sobre a exploração dos seres humanos e da natureza no capitalismo global*. São Paulo: Elefante, 2021.

BUENO, W. C. *Jornalismo Ambiental: explorando além do conceito*. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/11897/8391>. Acesso em: 24 abr. 2021.

BUENO, W. C. O jornalismo ambiental circula na arena da ciência e da política. *Anuário Unesco Metodista de Comunicação Regional*, v. 13, n. 13, p. 113-126, 2009. Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/AUM/article/view/2196>. Acesso em: 28 ago. 2022.

BUENO, W. C. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. *Anuário Unesco Metodista de Comunicação Regional*, v. 39, n. 1, p. 21-41, 2009. Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/6974>. Acesso em: 28 ago. 2022.

CEZAR, F. G.; ABRANTES, P. C. C. Princípio da precaução: considerações epistemológicas sobre o princípio e sua relação com o processo de análise de risco. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Fortaleza, v. 20, n. 2, p. 225-262, 2003. Disponível em: <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8743>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CHARON, Jean; BONVILLE, Jean de. *Natureza e transformação do jornalismo*. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

COLODETI, Elisângela. *Jornalismo alternativo para o século XXI: um estudo sobre os sites Agência Pública e Ponte*. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao\\_ColodetiE\\_1.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Comunicacao_ColodetiE_1.pdf). Acesso em: 29 ago.

2021.

DEUZE, M. What is journalism? Professional identity and ideology of journalists reconsidered. *Journalism*. vol. 6, n. 4, p. 442-464 November, 2005. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1464884905056815>. Acesso em: 29 abr. 2021.

BRITO, Fausto. *A dinâmica do processo de urbanização no Brasil, 1940-2010*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2012. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20464.pdf>. Acesso em: 25 de Abr. 2021.

FERDINAND, Malcom. *Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho*. São Paulo: Ubu editora, 2022.

FIDALGO, J. Profissão, profissionalismo e profissionalização. In: FIDALGO, J. O *Jornalista em construção*. Porto: Porto Editora, 2008. p. 11-64.

GENRO FILHO, Adelmo. *O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo*. Porto Alegre, Tchê, 1987.

GIRARDI, Ilza M. T. et al. Caminhos e descaminhos do Jornalismo Ambiental. *Comunicação & Sociedade* (online), São Paulo, v. 34, p.131-152, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CSO/article/view/2972>. Acesso em: 10 de jul. 2021.

GIRARDI, Ilza M. T. et al. A contribuição do princípio da precaução para a epistemologia do Jornalismo Ambiental. *Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2053>. Acesso em: 10 jul. 2021.

GIVENS, Jeniffer E.; HUANG, Xiaorui. Ecologically Unequal Exchange and Environmental Load Displacement: global perspectives on structural inequalities and the environment. In: CANIGLIA, Beth Schaefer (ed.) et al. *Handbook of Environmental Sociology*. USA: Springer, 2021.

GUDYNAS, Eduardo. *Direitos da natureza: ética biocêntrica e políticas ambientais*. Igor Ojeda (trad.). São Paulo: Editora Elefante, 2019.

GREEN PRESS. *Carta de Belo Horizonte*. Encontro Internacional de Imprensa,

Meio Ambiente e Desenvolvimento. Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1992. Disponível em: [http://www.pickupau.org.br/mundo/carta\\_belo\\_horizonte/carta\\_belo\\_horizonte.htm](http://www.pickupau.org.br/mundo/carta_belo_horizonte/carta_belo_horizonte.htm). Acesso em: 12 abr. 2021.

HARTMANN, Betsy. Rethinking climate refugees and climate conflict: Rhetoric, reality and the politics of policy discourse. *Journal of International Development*, v. 22, ed. 2, p. 233-246, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/jid.1676>. Acesso em: 27 ago. 2022.

LEFF, Enrique. *Racionalidade ambiental: a reapropriação social da natureza*. Rio de Janeiro: Record, 2006.

LELAND, John. *Why an East Harlem Street Is 31 Degrees Hotter Than Central Park West*. The New York Times, Nova Iorque, 20 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2021/08/20/nyregion/climate-inequality-nyc.html>. Acesso em: 20 ago. 2022.

LIMA, L. *A pluralidade dos biomas preservados pelo ICMBio*. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Brasília, 22 Mar. 2017. Disponível em <https://www.icmbio.gov.br/portal/ultimas-noticias/20-geral/8797-a-pluralidade-dos-biomas-preservados-pelo-icmbio>. Acesso em: 29 abr. 2021.

MAIA, Rousiley C. M. Deliberação e mídia. In: MAIA, R. C. M. (org.). *Mídia e deliberação*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008a. p. 93–122.

MAIA, Rousiley C. M. Introdução. In: MAIA, R. C. M. (org.). *Mídia e deliberação*. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2008b. p. 15–24.

MAZZARINO, Jane Marcia. Das matrizes contraditórias do jornalismo ambiental a um novo critério de noticiabilidade, o interesse cidadão-comunitário. *Comunicação Midiática*, Bauru-SP, v. 10, n. 3, p. 167-184, 2015. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8178145>. Acesso em: 28 ago. 2022.

MEDITSCH, Eduardo. O jornalismo é uma forma de conhecimento. *Media & Jornalismo*, Lisboa, v. 1, n. 1, p. 9-22, 2002. Disponível em: [http://fabricade-sites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/mj\\_1.pdf#page=9](http://fabricade-sites.fcsh.unl.pt/polocidigital/wp-content/uploads/sites/8/2017/02/mj_1.pdf#page=9). Acesso em: 29 abr. 2021.

MORIN, Edgar. *Ciência com consciência*. Trad. de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória, 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Porto Alegre: Sulina, 2005.

MYERS, N. Environmental Refugees in a Globally Warmed World. *BioScience*, v. 43, n. 11, p. 752–761, 1993. Disponível em: [https://www.jstor.org/stable/1312319#metadata\\_info\\_tab\\_contents](https://www.jstor.org/stable/1312319#metadata_info_tab_contents). Acesso em: 28 ago. 2022.

PEIXOTO, Clarissa do Nascimento. *Hegemonia, Jornalismo e Conhecimento: possíveis leituras sobre práxis contra-hegemônica*. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/214492/PJOR0142-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 29 ago. 2021.

PIERRO, Bruno. Herança ibérica. *Revista Pesquisa FAPESP*, São Paulo, 31 de maio de 2022. Urbanismo. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/heranca-iberica/>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PONTES, Felipe S. *Teoria e história do jornalismo: desafios epistemológicos*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão - Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/93007>. Acesso em: 29 abr. 2021.

PONTES, Felipe S. *Adelmo Genro Filho e a teoria do jornalismo*. Florianópolis: Insular, 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, Ago. 1988. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 23 abr. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 78, p. 3-46, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa; CHAUI, Marilena. *Direitos humanos, democracia e desenvolvimento*. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, Milton. Modernidade, meio técnico-científico e urbanização no Brasil. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 9-22, 1992. Disponível em: [https://ippur.ufrj.br/wp-content/uploads/2016/05/CI\\_Ano\\_VI\\_n1\\_dez\\_1992-ilovepdf-compressed.pdf#page=7](https://ippur.ufrj.br/wp-content/uploads/2016/05/CI_Ano_VI_n1_dez_1992-ilovepdf-compressed.pdf#page=7). Acesso em: 29 de ago 2021.

DIAS, M. A. F. da S. Eventos Climáticos Extremos. *Revista USP*, São Paulo [S. l.], n. 103, p. 33-40, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99178>. Acesso em: 29 ago. 2022.

SOUSA, Jorge P. *Uma história breve do jornalismo no Ocidente*. Jornalismo: história, teoria e metodologia da pesquisa. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008. Disponível em: <http://www.fei.am.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/sousa-jorge-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

TRINTA, Aloísio R.; NEVES, Teresa CC. A função cognitiva do jornalismo: a contribuição de Robert E. Park. Trabalho apresentado ao NP 02 – *Jornalismo. IV Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom*, Porto Alegre, 2004. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/16523720091757871551995647517951473973.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2021.

TUCHMAN, G. A objetividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objetividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e história*. Florianópolis: Insular, 2016. p. 111-131.

VINCE, Gaia. The century of climate migration: why we need to plan for the great upheaval. *The Guardian*, Londres, 18 de ago de 2022. Disponível em: <https://www.theguardian.com/news/2022/aug/18/century-climate-crisis-migration-why-we-need-plan-great-upheaval>. Acesso em: 25 de ago de 2022.

ZIMMER, K. Desmatamento está causando aumento de doenças infecciosas em humanos. *National Geographic Brasil*, São Paulo, 4 dez. 2019 e atualizado 5 nov. 2020. Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2019/12/desmatamento-esta-causando-aumento-de-doencas-infecciosas-em-humanos> . Acessado em 10 abr. 2020.

